



Brasília, outubro de 2009

### **Aos Deputados e Senadores**

O lucro dos bancos brasileiros cresceu muito nos últimos anos por conta dos spreads bancários, juros e tarifas elevadas. A rentabilidade dos bancos continua alta, uma das maiores do mundo. Contudo, os bancos ainda não estão suficientemente voltados para a produção e o desenvolvimento como acontece na maioria dos países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento mais intenso.

Por isso, acreditamos que cabe ao governo, ao parlamento e à toda sociedade continuar pressionando todos os bancos a reduzir o spread bancário, os juros e as tarifas cobradas. Além disso, é fundamental estabelecer o controle social do sistema financeiro, regulamentando o Artigo 192 da Constituição Federal, de modo a garantir que a sociedade defina as linhas gerais do uso de seus recursos financeiros com transparência e valorização do corpo funcional dos bancos, seja em relação às condições de trabalho, seja em relação à sua participação nos conselhos de administração das empresas, sobretudo as públicas.

Os fatos também confirmam que não há razão para demissões imotivadas nos bancos. Faltam bancários na maioria das instituições financeiras e as longas filas só comprovam isso. Somente no primeiro semestre foram fechados 2.224 postos de trabalho. Assim, torna-se fundamental a aprovação da Convenção 158 da OIT, que restringe a demissão imotivada.

Anexamos desta forma, material informativo sobre a campanha e a greve nacional dos bancários, bem como cópia de ofício enviado ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e da carta do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro-Contraf/CUT, Carlos Cordeiro. Com isso, esperamos contar com seu apoio e pronunciamento junto à tribuna parlamentar, bem como com sua intercessão junto ao presidente da Fenaban, Fábio Barbosa, e aos presidentes dos maiores bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e HSBC, para que retomem as negociações e apresentem uma proposta decente para a resolução do impasse.

Atenciosamente,

**Rodrigo Lopes Britto**

**Presidente**